

RECURSO ESPECIAL Nº 1.737.469 - SP (2017/0310516-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : MARIA DA GRACA DE SOUZA MARTINS
ADVOGADO : MARCELA THOMAZINI COELHO MARTINS - SP252328
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA
PROCURADOR : KOITI HAYASHI E OUTRO(S) - SP139537

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Maria da Graça de Souza Martins, com amparo na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 126):

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. Ação declaratória negativa c/c cobrança e com pedido de liminar. Pedido de isenção do imposto de renda e imunidade parcial da incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria. Inadmissibilidade. Prova pericial conclusiva que a autora encontrava-se com quadro clínico controlado, estável e sem qualquer sintoma de regressão da doença. Manutenção da r. sentença. Incidência do art. 252 do RITJSP.

RECURSO DESPROVIDO.

Em suas razões, a recorrente sustenta dissídio jurisprudencial a respeito do art. 6º, XIV, da Lei n. 7.713/1988, ao fundamento de que o "[...] e. TJ-SP acabou por contrariar o que estabelece o art. 6º, inciso XIV, da Lei n. 7.713/88, haja vista que há disposição expressa acerca da isenção não temporária para pessoas acometidas por moléstias graves" (e-STJ, fl. 146).

Salienta que "[...] as r. decisões paradigmas estabelecem que, após a concessão da isenção, o fato da junta médica constatar ausência de sintomas não justifica a revogação do benefício" (e-STJ, fl. 153).

Pugna pela manutenção de sua isenção do imposto de renda e dos consectários legais.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo parcial provimento do recurso.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

O entendimento assentado pela Corte de origem destoa da jurisprudência consolidada no STJ de que, como no caso dos autos, em se tratando de neoplasia maligna, é dispensável a demonstração da contemporaneidade dos sintomas para fins de isenção do imposto de renda sobre pessoa física. Tal compreensão conta, inclusive, com seu texto resumido no enunciado sumular n. 627/STJ.

A propósito:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. ENFERMIDADE PREVISTA NO ART. 6º, XIV, DA LEI 7.713/88. NEOPLASIA MALIGNA. CONTEMPORANEIDADE DOS SINTOMAS. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 627/STJ.

1. Não há que se falar em aplicação das Súmulas 7/STJ e Súmula 280/STF, tendo em vista que a controvérsia cinge-se em saber se para fins de isenção de imposto de renda, em se tratando de neoplasia maligna, se faz necessário ou não demonstrar a contemporaneidade dos sintomas ou a validade do laudo pericial.
 2. Na hipótese, o Tribunal *a quo* consignou ser incontroverso o fato de o agravado ter sido acometido da moléstia grave (e-STJ fl. 339).
 3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, para fins de isenção de imposto de renda, em se tratando de neoplasia maligna, não se faz necessário demonstrar a contemporaneidade dos sintomas ou a validade do laudo pericial.
 4. A Primeira Seção desta Corte recentemente editou a Súmula n. 627, que pacificou, por derradeiro, o entendimento ora exposto, qual seja o de que "o contribuinte faz jus à concessão ou à manutenção da isenção do Imposto de Renda, não se lhe exigindo a demonstração da contemporaneidade dos sintomas da doença nem da recidiva da enfermidade".
 5. Agravo interno não provido.
- (AgInt no REsp 1.713.224/PE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/9/2019, DJe 18/9/2019)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. ART. 6º, XIV, DA LEI 7.713/1988. NEFROPATIA GRAVE. COMPROVAÇÃO DA MOLÉSTIA. LAUDO OFICIAL. DEMONSTRAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE DOS SINTOMAS OU RECIDIVA DA ENFERMIDADE. DESNECESSIDADE. PEDIDO DE NOVA PROVA MÉDICA. SÚMULA 7/STJ.

1. Quanto ao preenchimento dos requisitos e a comprovação da moléstia que levou à isenção tributária, o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, consignou: "(...) Em que pese a nova perícia tenha concluído, após avaliação das condições de saúde do autor, em 2011, que naquele momento não existia comprovação de nefropatia grave, apresentando o avaliado limitações funcionais inerentes à idade, não há qualquer dúvida de que, no momento da concessão da isenção fiscal, havia laudo oficial atestando a doença do periciado, tendo este preenchido as condições para deferimento da benesse" (fl. 732, e-STJ).
2. Consoante a jurisprudência do STJ, reconhecida a neoplasia maligna, não se exige a demonstração da contemporaneidade dos sintomas ou a comprovação de recidiva da enfermidade para que o contribuinte faça jus à isenção do Imposto de Renda prevista no art. 6º, XIV, da Lei 7.713/1988.
3. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual posicionamento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação.

Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

4. Ademais, extrai-se do acórdão objurgado que o acolhimento da pretensão recursal quanto à necessidade de nova prova médica demanda reexame do contexto fático-probatório, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ. "O destinatário final das provas produzidas é o juiz, a quem cabe avaliar quanto à sua suficiência e necessidade, em consonância com o disposto no parte final do artigo 370 do CPC" (AgInt no AREsp 1.331.437/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 27.6.2019).

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.826.255/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/9/2019, DJe 11/10/2019)

Incide, à hipótese, o teor da Súmula 568/STJ (O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para reformar o acórdão recorrido e reconhecer o direito da recorrente à isenção do imposto de renda, devendo ser restituída de eventuais descontos efetuados a tal título.

Em face da sucumbência mínima, haja vista a parte ter decaído em apenas um dos três pedidos principais formulados na exordial, o qual sequer fez parte da presente irresignação (questão referente à imunidade parcial da incidência da contribuição previdenciária), obtendo êxito quanto a todos os pedidos formulados no recurso especial (isenção do IR e restituição dos descontos indevidos), inverteo os ônus fixados pelo Tribunal de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator